

Modelo de jornalismo e ‘pós-verdade’: Uma abordagem materialista

*Journalism model and ‘post-truth’:
A materialist approach*

https://doi.org/10.14195/2183-6019_17_1

Abstract:

It proposes a critical analysis of the journalism model that has become a professional practice and an instrument of democracy, seeking to understand the weaknesses that contribute to the crisis of trust and legitimacy that it is experiencing today. It traces a brief history of this model, locating its origin in the moment of consolidation of the bourgeois order, after the liberal revolutions, and identifies as one of its main characteristics, relevant for the current moment, the conception of objectivity as a synonym of neutrality. Coming to the contemporary scenario, it discusses the role of journalism in the normalization of extreme right leadership in Brazil and Portugal.

Keywords: Informative journalism; post-truth; objectivity and neutrality; extreme right populisms.

Resumo

Propõe uma análise crítica do modelo de jornalismo que se conformou como prática profissional e instrumento da democracia, buscando compreender as fragilidades que contribuem para a crise de confiança e legitimidade que ele hoje enfrenta. Traça uma breve história desse modelo, localizando sua origem no momento de consolidação da ordem burguesa pós-revoluções liberais e identifica como uma de suas principais características, relevantes para o momento atual, a concepção de objetividade como sinônimo de neutralidade. Chegando ao cenário contemporâneo, discute o papel do jornalismo na normalização de lideranças de extrema-direita no Brasil e em Portugal.

Palavras-chave: Jornalismo informativo; pós-verdade; objetividade e neutralidade; populismos de extrema-direita.

1 Jornalista, professora e pesquisadora da Fiocruz (Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio); graduada em Comunicação Social com habilitação em jornalismo pela UFRJ; especialista em Comunicação e Saúde pela Fiocruz, mestre em Comunicação e Cultura e doutora em Serviço Social também pela UFRJ. Pós-doutora pela Universidade do Minho (Portugal), com bolsa do CNPq.

Muitos estudos têm se dedicado a investigar os fenômenos das *fake news* e do crescente negacionismo científico, mundialmente instrumentalizados por forças políticas e atores ligados à extrema-direita, como expressões do chamado regime da ‘pós-verdade’. Com origem associada a um texto que, ainda em 1992, problematizou a disposição da sociedade de acreditar nas mentiras usadas pelo governo norte-americano para justificar a Guerra do Golfo, a ideia de ‘pós-verdade’ se disseminou de forma mais ampla a partir da sua escolha como “palavra do ano” pelo Dicionário Oxford, em 2016, num contexto marcado pela eleição de Donald Trump (Oxford Learner's Dictionaries, 2016). A própria publicação, que define ‘pós-verdade’ como aquilo que “tem relação com, ou denota circunstâncias em que fatos objetivos têm menor influência na formação da opinião pública do que apelos a emoções ou crenças” (Oxford Learner's Dictionaries, 2016)), explica que a importância da palavra naquele contexto devia-se à intensificação do seu uso associado a um determinado modo de se fazer política. Aceitando

a validade do conceito, neste trabalho priorizamos concepções que ampliam essa definição, articulando-a também com as mudanças na forma como se dá a relação com o conhecimento e suas instituições. Cesarino (2020, p. 74), por exemplo, afirma que vivemos “um momento liminar de crise e de reorganização nas formas contemporâneas de produção da verdade”. E, teorizando a partir do estudo empírico do comportamento de eleitores do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro nas redes sociais, identifica nesse novo cenário a emergência de “atitudes epistemológicas” que passam a verificar a verdade ‘dos fatos’ não mais a partir das mediações produzidas por formas de conhecimento como o científico e o jornalístico, mas sim a partir da “experiência pessoal e imediata, [de] elos causais ocultos, e [de] pertencimento identitário do tipo antagonístico” (2020, p. 79). Partindo de uma breve revisão de autores e correntes do pensamento que, em outros contextos, também questionaram as estruturas e instituições legitimadas de produção da verdade, desde os iluministas até a Escola de Frankfurt, Harsin também contribui

“Muitos estudos têm se dedicado a investigar os fenômenos das fake news e do crescente negacionismo científico, mundialmente instrumentalizados por forças políticas e atores ligados à extrema-direita [...]”

para o nosso argumento ao ressaltar que o conceito de ‘pós-verdade’ (e os problemas que ele visa enfrentar) se diferencia, de um lado, por ter uma “ênfase particularmente política, informacional e retórica” e, de outro, por se descolar das abordagens que focavam numa suposta passividade das “massas”, enfatizando, ao contrário, a “discórdia, confusão, visões polarizadas” e tentativas da elite de produzir e gerenciar ‘mercados de verdade’ ou competições” (Harsin, 2020, p. 3).

Assim, no que diz respeito ao enfrentamento da desinformação² como expressão da ‘era da pós-verdade’, a linha de abordagem aqui proposta aponta questões cujas respostas parecem estar além das estratégias que, tal como as agências de checagem, tentam combater esse problema com uma sobredose de ‘esclarecimento’, como se bastasse ainda diferenciar o que

é ‘verdadeiro’ ou ‘falso’ (Moretzsohn, 2019; Bennett e Livingston, 2020). Aponta, portanto, um problema mais estrutural, identificando na raiz dessas mudanças, uma “crise do sistema de peritos” da Modernidade, aquele que, composto principalmente pela “ciência, a imprensa profissional e o Estado Democrático de Direito” (Cesarino, 2020, p. 79), tinha o papel de anunciar as verdades socialmente aceitas por uma espécie de pacto coletivo, que parece cada vez mais corroído.

Dessa chave de leitura nasce o pressuposto deste trabalho: de que é necessário resgatar uma história crítica do jornalismo – compreendido como uma forma de produção de conhecimento (Genro Filho, 1987) –, que vá além da história da imprensa, tenha enfoque nas mudanças que marcam as diferentes fases de desenvolvimento econômico e político do capitalismo e dialogue com as mudanças que se deram também em outras práticas de construção do saber e enunciação de ‘verdades’, como a ciência. É a partir dessa trajetória que podemos reconhecer e compreender melhor a fragilidade que, segundo nossa suposição, está no centro da

parte que cabe ao jornalismo e à imprensa profissional na crise de confiança que o “sistema de peritos” sofre hoje: o fato de sua legitimidade social depender de um autoatribuído valor de neutralidade.

Parte-se, assim, de um fundamental pressuposto materialista: de que as diferentes formas de produção de saber de uma dada sociedade não são completamente autônomas em relação às determinações econômicas de cada momento histórico e suas expressões políticas. Ainda que minoritária, essa afirmação encontra-se presente no debate epistemológico que compreende as diferentes correntes científicas e filosóficas não como reflexos, mas como resposta, expressão e, ao mesmo tempo, ferramenta das lutas sociais de cada época e contexto histórico.

Jornalismo não é ciência, por certo. Essa, no entanto, nos parece uma importante pista metodológica a ser percorrida: a de que a história do jornalismo que se tornou hegemônico, como forma de produção de conhecimento que se modificou ao longo do tempo, precisa ser traçada a partir da análise das transformações econômicas, da correlação de forças,

² Neste trabalho, *fake News* nomeia uma parte do fenômeno mais amplo da desinformação, caracterizada como informações falsas produzidas e disseminadas amplamente com objetivos econômicos e de instrumentalização política. Sobre desinformação no contexto da pós-verdade, ver, entre outros, Harsin (2018).

das tensões e esforços de estabilização social e dos atores coletivos que foram vitoriosos e derrotados em cada momento histórico. Longe de qualquer perspectiva ‘essencialista’, que ignore as diferenças e particularidades da prática jornalística que se desenvolveu em cada local, busca-se aqui apontar um caminho que permita estabelecer uma relação dialética entre a forma particular que o jornalismo assumiu em cada realidade concreta e uma dada ‘universalidade’ (sempre histórica) que o justificou socialmente como prática social. Aqui, portanto, a palavra modelo é utilizada com o sentido mais próximo de ‘referência/parâmetro’ do que de ‘molde’.

Esclarecido o caminho a ser seguido, deixemos claras, desde já, as hipóteses deste trabalho: 1) O que se reconhece socialmente hoje como jornalismo, prática profissional e instrumento da democracia, está delimitado como um modelo, aqui chamado de ‘jornalismo informativo’, que começa a se disseminar em meados do século XIX até se tornar hegemônico, ainda que com diferenças regionais; 2) Esse modelo é expressão das lutas sociais que marcaram a vitória de

uma burguesia que, após considerar concluído seu papel revolucionário, busca se estabilizar no poder; 3) Entre as características intrínsecas a esse modelo estão contradições que podem ajudar a explicar a crise de confiança e legitimidade que o jornalismo enfrenta como sistema de perito na chamada era da pós-verdade.

Jornalismo informativo e decadência ideológica

O marco temporal das mudanças que formatariam o que chamamos de modelo de jornalismo informativo é o intervalo entre os anos de 1830 e 1848 – é suficientemente conhecida na historiografia a importância das mudanças que a imprensa norte-americana sofreu a partir desse período no sentido de construir e cultivar um público mais popular para os jornais, tendo como principal exemplo o *The New York Sun* (Aranda, 2004, p. 95). Embora voltado originalmente para uma fração mais popular, o jornalismo que deriva desse momento nos EUA já é parte de um processo ao mesmo tempo de construção e resposta a um ‘público médio’, alvo de

uma imprensa de massa que começa a despontar com a maior estabilização política e o desenvolvimento industrial do país, encerrada a fase da guerra de independência que foi a expressão do ciclo de revoluções burguesas do século XVIII no continente americano.

Isso nos EUA. Na Europa, o cenário político e social naquele momento era bem diferente. No intervalo entre a década de 30 e o ano de 1848, nos países que tinham feito suas revoluções liberais, se fortalecia, de modo semelhante, o controle do aparelho de um Estado crescentemente burguês, mudança que se expressava num aumento considerável do comércio internacional e no nascimento de áreas de industrialização, mas também no empobrecimento e insatisfação das massas, na expulsão dos camponeses da terra e no surgimento da classe operária como uma força política. E o resultado dessa combinação complexa foi uma onda revolucionária que varreu diversos países do continente (Hobsbawm, 2003). Como se sabe, no entanto, com o fim (e a derrota) dessa ‘Primavera dos Povos’, a burguesia vitoriosa finalmente se estabiliza no

poder em vários países europeus. Tratando do contexto francês, mas com uma afirmação que julgamos generalizável para aquele momento, Losurdo (2004, p. 153) traz a liga do argumento deste trabalho: “(...) assiste-se à unificação substancial das classes proprietárias, com a convergência dos respectivos instrumentos de formação da opinião pública para um objetivo comum, isto é, a consolidação da ordem social existente”.

Coerente com o discurso ideológico que reconhece a ordem burguesa como aquela que representa, finalmente, os caminhos democráticos, ganha força o processo de desconfiança em relação a ações organizativas, que vão crescentemente adquirindo uma imagem demagógica e manipuladora, especialmente em relação ao papel da imprensa. Eis as bases do enquadramento de um novo jornalismo, que expressaria as necessidades de estabilidade dessa nova ordem social.

Em linhas gerais, o modelo que surge desse contexto se caracteriza por ser metodologicamente controlado, baseado no par objetividade/neutralidade, que separa informação de opinião e, embora se mostre preocupado

com o *contraditório* (o bom e velho princípio de “ouvir os dois lados”), tende a esvaziar o espaço da *contradição* própria dos contextos sociais em que os ‘fatos’ acontecem. Além disso, precisa fragmentar a realidade em células isoladas que se tornaram o elemento central desse jornalismo: a notícia (Guimarães, 2015).

Desse conjunto de características, que poderiam se desdobrar em várias outras e se combinar de diferentes maneiras³, derivam os limites da prática que se passou a reconhecer como profissional e à qual se atribui o papel social de produzir e disseminar informação verdadeira sobre a realidade atual, desempenhando lugar central na tarefa de instrumentalizar as pessoas para que ‘pensem por si mesmas’. Não é irrelevante mencionar que, na forma social concreta que esse modelo adquiriu, naturalizou-se que o esforço de informar os sujeitos para que chegassem ‘autonomamente’ a suas próprias conclusões requeria que se afastassem da prática jornalística considerada séria e profissional quaisquer tipos de

³ Uma análise detalhada das características desse modelo foi feita em Guimarães, 2015.

‘partidarismos’⁴. Dessas características dependem, portanto, segundo nossa argumentação, o valor historicamente atribuído ao jornalismo como ferramenta da democracia.

Expressão de uma época, esse conjunto de características é também manifestação, no jornalismo, de um fenômeno que, tratando da ciência, Marx descreveu e Lukács nomeou como “decadência ideológica”, definido como desdobramento da “decadência política” das forças burguesas vitoriosas das lutas sociais do século XIX.

Com o ano de 1830, sobreveio a crise decisiva.

⁴ É interessante notar como, nesse processo de naturalização de um modelo de jornalismo e de mídia, os “particularismos” passaram a ser associados a governos, partidos e organizações políticas, dissociando-se dos interesses econômicos. É isso que permite, por exemplo, que as Organizações Globo, nos seus princípios editoriais, afirmem que: “Um jornal de um partido político, por exemplo, não deixa de ser um jornal, mas não pratica jornalismo (...): noticia os fatos, analisa-os, opina, mas sempre por um prisma, sempre com um viés, o viés do partido. E sempre com um propósito: o de conquistar seguidores. Faz propaganda. Algo bem diverso de um jornal generalista de informação (...)” (Grupo Globo, 2011).

A burguesia conquistara o poder político, na França e na Inglaterra. Daí em diante, a luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas mais definidas e ameaçadoras. Soou o dobre de finados da ciência econômica burguesa. Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; mas importava saber o que, para o capital, era útil ou prejudicial (Marx, 2008, p. 23-24)

O que se identifica, como explica Lukács (1981, p. 115), é um processo “espontâneo da decadência científica”, que respondia às necessidades históricas de uma classe e de uma dada conjuntura. Não por acaso, 1830 é considerado o marco de início desse processo, mas a decadência ideológica burguesa se aprofunda, intensifica e universaliza, ganhando inclusive a adesão de historiadores e outros pensadores críticos até então, a partir das revoluções de 1848, que mencionamos brevemente acima. Lukács (1981, p. 118) explica:

A diferença reside “apenas” em que os ideólogos anteriores forneceram uma resposta sincera e científica,

mesmo se incompleta e contraditória, ao passo que a decadência foge covardemente da expressão da realidade e mascara a fuga mediante os recursos ao “espírito científico objetivo” ou a ornamentos românticos. Em ambos os casos, é essencialmente acrítica, não vai além da superfície dos fenômenos, permanece na imediatez e toma ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo.

Não passou despercebido a Marx o quanto essa superficialização do debate e das descobertas científicas não se daria caso a caso, no ‘varejo’, mas sim a partir de mudanças que atingiriam o próprio *método* de produção do conhecimento. O autor alemão centrou sua crítica à ciência burguesa desse período na economia, mas também faz referência à história, à sociologia e à filosofia. E se a “decadência ideológica” precisa se expressar crescentemente no método, sobre as ciências sociais é forçoso lembrar que foi a partir desse mesmo período que o positivismo científico, nascido na passagem do século XVIII para o XIX “como uma utopia

crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista”, se tornou “uma ideologia conservadora identificada com a ordem (industrial/burguesa) estabelecida” (Löwy, 2009, p. 20). Ele resume:

É apaixonante observar como o conceito que havia servido de instrumento revolucionário por excelência no século XVIII, que esteve no coração da doutrina política dos insurretos de 1789, altera o seu sentido no século XIX, para se tornar, com o positivismo, uma justificação científica da ordem social estabelecida (Löwy, 2009 p. 31).

Como se sabe, na origem do positivismo está a concepção de que a sociedade é regida por leis naturais e, portanto, que o método das ciências sociais deve ser o mesmo aplicado às da natureza, baseado na observação e na “explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologia, descartando previamente todas as prenoções e preconceitos” (Löwy, 2009, p. 20). Mesmo sem recorrer a esquematismos fáceis, é tentador alertar que qualquer

semelhança dessas características com os ‘manuais’ que orientam o jornalismo profissional não é mera coincidência. Durkheim, que figura entre os maiores expoentes do positivismo, por exemplo, é muito claro ao distinguir a *observação*, que ele considera um processo científico, da *análise*, que, ao contrário, traria sempre o elemento que ele chama de “ideológico” (Durkheim, 2007, pp. 16 e 20). Define-se, assim, uma relação quase sinonímica entre objetividade e neutralidade.

Para o que nos interessa realçar neste trabalho, vale ressaltar que a sociologia compreensiva de Weber, apesar das diferenças consideráveis do seu pensamento em relação ao positivismo, é igualmente herdeira desse macrocontexto, possível fonte de influência para outras concepções de saber, tal como o jornalismo. Weber (2008) nega que a sociedade seja regida por leis naturais e reconhece que não existe nos fatos sociais uma objetividade que seja independente das premissas e valores do sujeito, mas considera que, embora os valores orientem o recorte da realidade a ser investigada, passado esse momento, é perfeitamente possível garantir um

processo objetivo sem interpretações ou interferências subjetivas e que essa é a condição para a validade científica do conhecimento produzido.

Vale registrar que essa tentativa de compreender as características do jornalismo a partir de um olhar sobre o desenvolvimento das concepções científicas não é propriamente uma associação inédita na historiografia da imprensa. Embora com uma interpretação distinta da que aqui propomos, já que atribui menos relevância às determinações econômicas do que à construção de uma “cultura profissional” do jornalismo, Schudson fala de “condições” durkheimianas e weberianas quando trata da adoção da objetividade como norma no jornalismo norte-americano. Em uma dessas passagens, diz o autor:

A objetividade como ideologia foi um tipo de disciplina industrial; uma condição weberiana estava em ação. Ao mesmo tempo, a objetividade parecia uma ideologia natural e progressista para um grupo profissional aspirante, em um momento em que a ciência era Deus, a eficácia era louvada e as

elites cada vez mais proeminentes julgavam o partidarismo um vestígio do primitivo século XIX (...). Aqui, a filiação durkheimiana foi um fator que promoveu a articulação de uma norma de objetividade (Schudson, 2001).

A suposição que alinhava a história do jornalismo que resumimos nos parágrafos anteriores é de que o processo de decadência ideológica, que dá conta de um momento específico de transformação da burguesia, antes revolucionária, atinge outros espaços e práticas de produção de saber além da ciência, atuando também diretamente sobre o jornalismo. “Embora seja uma metáfora um pouco enganosa, poderíamos dizer que o jornal político foi o representante do liberalismo revolucionário, que tentava tomar o poder, enquanto o jornal de notícias era representante do liberalismo conservador, já instalado no poder” (Aranda, 2004, p. 87).

Armadilhas contemporâneas

Argumentar neste artigo que o jornalismo influencia a opinião

pública e tem vieses, apesar da sua promessa de neutralidade, seria, no mínimo, improdutivo. Afirmarções como essas já foram demonstradas por inúmeros estudos e, embora continuem verdadeiras, parecem cada vez mais extemporâneas ou insuficientes diante dos problemas que se tornaram centrais para quem está atento à relação entre comunicação e política. Ainda que não se possa ceder a uma nostalgia ingênua segundo a qual a imprensa de massas e o jornalismo que ela pratica não “orientam” mais as opiniões, a questão é que crescentemente, com graus distintos em cada local, uma parte dessas opiniões e concepções de mundo tem sido influenciada mais diretamente pelos conteúdos que circulam nas redes sociais, que por sua vez se tornaram palco privilegiado de disseminação dos produtos de uma verdadeira indústria da desinformação que constrói negacionismos diversos e vem sendo utilizada como ferramenta política. Como veremos adiante, estudos têm demonstrado que a cobertura jornalística da grande imprensa e a divulgação das redes sociais muitas vezes se retroalimentam no reforço de

visibilidade de lideranças e partidos populistas ou de extrema-direita.

A questão central que liga esse problema contemporâneo à breve história que traçamos anteriormente é o argumento de que a falsa neutralidade prometida pelo jornalismo corresponde uma igualmente falsa universalidade identificada com o Estado que se normalizou desde a estabilidade da ordem burguesa pós-revolucionária. Na vida social concreta, a ideia de que, na sua forma democrática, o Estado representa o interesse geral se mostra falha a cada demonstração cotidiana da estruturante desigualdade (econômica, mas com expressões políticas) que caracteriza a vida sob o capitalismo. E, como parte do ideário do chamado Estado Democrático de Direito, ainda que fora do aparelho de Estado, a imprensa profissional⁵

5 Ainda que não haja espaço para desenvolvermos esse debate mais detidamente neste texto, é importante reforçar que essa crítica não reivindica uma ‘desprofissionalização’ do jornalismo, mas sim a desnaturalização de um modelo/padrão de profissionalização que se tornou hegemônico, como se fosse o único. No seu famoso estudo comparativo sobre sistemas de *media*, Hallin e Mancini (2010, p. 52) dão uma grande contribuição para esse argumento, por exemplo, quando afirmam, de forma crítica, que “o modelo

de massas, ancorada num modelo de jornalismo que lhe garantia esse lugar, precisou igualmente se travestir de representante do interesse geral, exposta, a cada crise mais violenta, às contradições desse papel. O que importa ressaltar é que, historicamente, esse processo teve também expressões epistemológicas, de modo que o aprisionamento do jornalismo num modelo que, entre outras coisas, iguala objetividade e neutralidade é parte fundamental desse movimento.

Para começar, e sem desconsiderar que isso sofre variações importantes entre os países, o fato é que, empiricamente, são numerosas e frequentes as vezes em que a imprensa e o modelo de jornalismo que lhe dá suporte falham explicitamente nessa promessa. No Brasil, que tem sido laboratório privilegiado da instrumentalização das redes sociais e da desinformação pela extrema-direita, o ativismo da imprensa de massas

de *media* ‘Anglo-americano’ ou Liberal é tipicamente considerado como a norma em relação à qual se avaliam os outros sistemas de *media*, e um corolário dessa estrutura conceptual é a ideia de que a profissionalização é essencialmente sinônima de ‘objetividade’ e neutralidade política”.

desde pelo menos as Jornadas de Junho de 2013 — passando pelo *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e a cobertura da Operação Lava Jato⁶, com destaque para os acontecimentos que levaram à prisão do então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva — motivou estudos e análises críticas⁷ que denunciam o abandono de qualquer esforço de neutralidade jornalística e das regras mínimas de equilíbrio e ética apontadas nos seus manuais de redação e princípios editoriais. Mas a suposição que subjaz a toda caracterização do modelo de jornalismo informativo neste artigo é que, apesar de extrema, essa situação brasileira não foi um caso isolado. Ainda na década de 1970, quando atuava no Chile de Salvador Allende tentando construir um projeto de comunicação popular, Armand Mattelart (2010, p. 90-91)

nos alertou que “em períodos de guerra social”, os meios de comunicação dominantes sofrem uma “mutação explícita”, que “torna obsoleta a separação rígida de gêneros, a divisão do trabalho comunicacional correspondente aos períodos de paz social”. Seu exemplo concreto era o jornal *El Mercurio*, chamado à época de *Times* chileno dado seu investimento num jornalismo sóbrio, mas que, segundo o autor, “tinha se transformado num autêntico panfleto político e em um cartaz de campanha” contra o governo recém-eleito (Mattelart, 2010, p. 90). É curioso notar, portanto, que um modelo de jornalismo forjado na tentativa de estabilização social costuma trair os seus próprios princípios estruturantes e legitimadores nos momentos em que essa estabilidade está em risco.

Nesse sentido, o exemplo da crise brasileira contemporânea ilustra o quanto a imprensa e o jornalismo não apenas não são imunes como são parte constitutiva das lutas de classes que nunca deixaram de se desenrolar nas diferentes sociedades, apesar da aparente estabilidade do sistema. Diluídas no decorrer da história, as

pequenas parcialidades e particularidades que diariamente escapam do jornalismo informativo são absorvidas e, de certa forma, neutralizadas. Mas quando, em momentos de maior tensão social, elas se concentram, se intensificam e ganham uma coerência (nada neutra) que em geral não têm na fragmentação do cotidiano jornalístico, elas adquirem o potencial de abalar a confiança depositada nessa prática, expondo a dimensão exata da contradição intrínseca ao modelo de jornalismo vigente. E, sem o autoatribuído valor de neutralidade que lhe conferiu legitimidade social para informar ‘verdades’ em nome do interesse geral, todo o poder do jornalismo como parte do sistema de perito se abala.

É particularmente importante para o argumento aqui desenvolvido a observação atenta da movimentação política que se dá por dentro do Estado e do papel da imprensa e do jornalismo em países que, mesmo com graus muito distintos, têm assistido ao crescimento e à institucionalização da extrema-direita. Retomemos, mais uma vez, o exemplo do Brasil.

6 Conjunto de investigações sobre corrupção realizadas pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal no Brasil a partir de 2014. Levou à prisão de vários empresários e políticos. Questionada formalmente por seus métodos e pela parcialidade do juiz encarregado da operação, teve várias das suas decisões revertidas.

7 Ver, por exemplo, Feres (2016).

No contexto do já referido *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, tornou-se um problema político mas também teórico a explicação de um fenômeno que, denunciado pelos seus críticos como “golpe”, se desenrolava de forma absolutamente legal, respeitando todas as instâncias e instituições do Estado Democrático de Direito. Para nomear e tentar explicar o que se dava naquele momento, no campo científico e da análise política os debates resultaram na elaboração de conceitos que, com alguma variação, passaram a qualificar o ocorrido como “golpe parlamentar-jurídico-midiático”⁸. Interessa-nos nesse exemplo não apenas a referência à participação da mídia, que é tema central deste artigo, mas a própria contradição que essa nomenclatura carrega – ou denuncia. Afinal, se os golpes (tal como os que atingiram diversos países latino-americanos nas décadas de 1960 e 1970) se caracterizam exatamente por violar as

estruturas do Estado Democrático, como tantas instituições desse mesmo Estado de Direito (parlamento, poder judiciário, mídia) podem se tornar agentes e legitimadoras de um processo político cujo objetivo seria contrariar a manifestação democrática do voto para atender a interesses econômicos e políticos de grupos particulares?

Parece claro que a questão aqui vai além da nomenclatura. Julgue-se ou não que a palavra golpe seja adequada para descrever esse processo, o fato é que a crise político-institucional que se desenrolou no Brasil desde 2015 evidenciou, de forma concreta, o quanto as democracias liberais precisam contar com dispositivos que, por dentro das instituições e da legalidade democrática, amenizem, relativizem ou mesmo interrompam ‘resultados’ eventualmente indesejados das escolhas feitas democraticamente. O fenômeno que se tem chamado de *lawfare*, reconhecido por juristas diversos⁹ na Operação Lava Jato, no Brasil, mas com expressões semelhantes em outros países, é um exemplo bastante

atual do que estamos tentando descrever, mas com o destaque de que a existência da ‘brecha’ para esse tipo de atuação por dentro da legalidade não é exceção e sim a regra. Claro que a maior ou menor facilidade com que isso se dá, com ou sem resistência da sociedade civil e mesmo das instituições que compõem o Estado de Direito, depende de muitos fatores particulares de cada país, mas optamos por não descartar a pista teórica segundo a qual a existência desses dispositivos expressa o caráter de classe que o Estado tem sob o capitalismo, mesmo quando ele assume sua forma mais progressista, de república democrática (Marx, 2005, p. 87; Marx, 2009, p. 94).

Não cabe neste artigo desenvolver a sequência de acontecimentos que levaram desse contexto de *impeachment* à ascensão de um movimento de extrema-direita no Brasil. A questão que nos interessa nessa trajetória é mais modesta: observar o quanto, como representante e agente de uma democracia que carrega brechas antidemocráticas, como acabamos de argumentar, a imprensa ajudou a normalizar o surgimento de

8 Ver, por exemplo, o livro ‘Por que gritamos golpe?’ – para entender o impeachment e a política no Brasil, de Jinkings et al. (2016), com destaque para os artigos de Michel Löwy e André Singer.

9 Ver, entre outros, Amorim e Proner (2022).

lideranças e movimentos igualmente antidemocráticos, que hoje se multiplicam com o suporte das redes sociais, voltando-se, sem remorsos, contra o jornalismo e os jornalistas. Por certo que os interesses empresariais e de classe de alguns veículos e grupos de comunicação podem e devem ser considerados como elemento explicativo central desse fenômeno, mas o objetivo deste texto é argumentar que o modelo de jornalismo informativo vigente é ferramenta fundamental para processos como esse. Afinal, ao valorizar sobretudo a atualidade, a novidade, a velocidade e um abstrato princípio do contraditório (“ouvir os dois lados”), essa prática jornalística tem o poder de tornar ‘natural’, quase uma obrigação ético-profissional, a ‘cobertura’ (e a normalização) de quaisquer novos atores políticos como interlocutores no espaço público. Com variações nos mais diversos países, a busca da notícia baseada nesses critérios (atualidade, imediatividade e valorização de um suposto contraditório) é o alibi para que a grande imprensa (de forma mais ou menos interessada) abra espaço para as

pautas e narrativas que surgem sob o manto da contestação, para o novo tipo de ‘oposição’ que lideranças ou partidos de extrema-direita representam, para o inusitado das meias verdades ou dos fatos descontextualizados que eles descrevem, para o exótico das suas declarações ‘politicamente incorretas’. Assim, num modelo que reivindica a neutralidade como sinônimo de objetividade, tratar em ‘igualdade de condições’ todos os atores legitimados pelas instituições da democracia liberal não é em geral compreendido como um ato ou uma decisão igualmente política, mas como o simples exercício técnico da prática profissional, ainda que, na ‘vida real’, nem sempre essa regra valha para todos os lados do espectro político-partidário. É como se a democracia na *forma* justificasse ou impusesse brechas para um *conteúdo* que viola essa mesma democracia.

Tomemos agora o exemplo de Portugal. Assombrados pelo rápido e inesperado crescimento de uma liderança populista (André Ventura) de um partido associado à extrema-direita (Chega), são vários os estudos que têm se empenhado em compreender

as razões desse fenômeno¹⁰. Nesse contexto, são igualmente vastos os recortes que apontam a importância da comunicação nesse processo, confirmando, por um lado, as evidências sobre o lugar central ocupado pelas redes sociais, e iluminando, por outro, o papel desempenhado também pelos meios ‘tradicionais’ de imprensa. O MediaLab Iscte, do Instituto Universitário de Lisboa, por exemplo, desenvolveu um estudo longitudinal (Palma et al., 2021) sobre os atores sociais que mais conferiram visibilidade digital ao hoje deputado André Ventura desde 2017. E encontrou resultados interessantes.

Embora fosse, desde 2014, uma figura que já ocupava a mídia portuguesa

¹⁰ São inúmeros e frequentes os artigos jornalísticos e entrevistas que tratam desse tema em Portugal. Para evitar as múltiplas referências, podemos exemplificar essa preocupação com duas iniciativas coletivas: a criação do Observatório da extrema direita, em 2020, (cujo manifesto pode ser lido em <https://www.observatoriodaextremadireita.pt/2020/07/manifesto.html>) e o surgimento do site Setentaequatro (www.setentaequatro.pt), de jornalismo alternativo, que, embora esteja ampliando seu escopo editorial, nasceu em 2021 priorizando a abordagem da extrema-direita. Em ambos os casos, o escopo vai além da experiência portuguesa.

como comentador esportivo da CMTV, a análise aponta o ano de 2017, em que Ventura concorreu pela primeira vez a um cargo político, como candidato à Câmara de Loures pelo Partido Social Democrata (PSD), como um certo marco para a sua trajetória midiática. Um olhar superficial poderia considerar essa frase como autoexplicativa, justificando a maior visibilidade pelo interesse geral de se darem a conhecer os postulantes a cargos públicos. É quase intuitivo perceber, no entanto, que nem todos os candidatos – e, nesse caso, a um cargo municipal – conquistam a mesma atenção. Naquele momento, ainda antes da criação do Chega, partido que, no momento em que este texto foi escrito, tinha a terceira maior representação no parlamento português, iniciava-se, de certa forma, uma estratégia que se tornou central para o crescimento da visibilidade da extrema-direita no país: a promoção de polêmicas públicas, logo reverberadas pelas manchetes de jornais e televisões (Palma et al., 2021). Naquele ano de 2017, o discurso se voltava contra “minorias”, principalmente os ciganos, acusadas por Ventura de viver às custas do Estado (Palma et al., 2021). No

médio prazo, essa primeira controvérsia gerou mais ganhos do que danos: o PSD perdeu apoio de uma legenda (CDS) na eleição de Loures e o candidato foi alvo de uma queixa-crime por parte do Bloco de Esquerda, mas abriram-se-lhe as portas da imprensa, especialmente televisiva (Palma et al., 2021), inaugurando, de certa forma, o que seria um crescente processo de reconhecimento de Ventura como voz legitimada na arena da opinião pública, sobretudo no tema da segurança.

Esse processo se consolida com a eleição de Ventura para o parlamento nacional português, em 2019, já pelo Chega. Nas redes sociais, o significativo crescimento de interações de mensagens sobre o deputado e seu partido se dá, de acordo com o estudo do MediaLab, a partir de uma retroalimentação das páginas a eles ligadas, mas essa movimentação depende, em grande medida, de conteúdos noticiosos produzidos pelos veículos de imprensa. Quando observa um período mais largo, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2021, a pesquisa identifica que “as páginas de facebook dos órgãos de comunicação social (OCS) arrecadaram

uma parte substancial das interações dentro da rede social” (Palma et al., 2021). Atestando a eficácia da estratégia utilizada pelo partido e sua liderança, os conteúdos de notícias que mais produzem interação nas redes são exatamente as polêmicas: os exemplos principais são a defesa da castração química de pedófilos, da pena de morte e do trabalho de presidiários e o fim do rendimento mínimo, tema diretamente associado à pauta das minorias e imigrantes (Palma et al., 2021).

A análise mostra que, ainda hoje, a maior parte do conteúdo sobre André Ventura que circula pelo facebook é produzido pelos órgãos de comunicação social que, também de acordo com o texto, acabam se beneficiando da capacidade de viralização dessas notícias e chegam a requestrar, nas suas redes sociais, conteúdos polêmicos publicados no passado (Palma et al., 2021). O estudo conclui:

Na tentativa de gerar mais interações e potenciar o alcance dos seus artigos nas redes sociais, os meios de comunicação podem, em determinados momentos, ter

conferido a André Ventura uma visibilidade desproporcional face à sua relevância política. No contexto das redes sociais, onde os conteúdos de cariz mais controverso tendem a gerar mais interações, o discurso de André Ventura funciona como impulsionador das métricas quantitativas que servem muitas vezes como medidor de sucesso para quem publica (Palma et al., 2021).

Embora a análise termine por justificar a participação dos meios de comunicação na promoção da visibilidade do líder populista português como a contraface da busca por mais interações no novo ambiente das redes sociais, o que é factível e mesmo provável, este artigo insiste no argumento de que, apesar de fundamentais, esses interesses imediatos só explicam parcialmente esses fenómenos.

Destacando a variedade de estudos que mostram o quanto “indireta e involuntariamente ou direta e intencionalmente, a mídia pode contribuir para o estabelecimento e normalização dos atores e ideias populistas”, Novais (2022, pp. 302-303,

tradução nossa) denuncia a falta de estudos que mapeiem o papel da imprensa no sentido contrário, ou seja, de resistência e limitação ao populismo. Com uma análise centrada em reportagens investigativas de dois veículos portugueses – a revista *Visão* e o canal de televisão SIC –, o pesquisador identifica uma abordagem prioritariamente negativa do Chega e do seu líder André Ventura (Novais, 2022, p. 308). Ele atesta, no entanto, que, diante da estratégia adotada pelo partido e seus integrantes, mesmo as críticas acabam por contribuir com a sua visibilidade. “Portanto, não existe algo como uma imprensa má para eles” (Novais, 2022, p. 303, tradução nossa). Nesse sentido, ressaltamos nós, a estrutura do jornalismo informativo com seus critérios de noticiabilidade que sustentam as páginas e telas de jornais diariamente é um grande facilitador da estratégia comunicacional da extrema-direita na busca de visibilidade que ampliem sua presença eleitoral.

No caso de Portugal, o estudo de Novais é pertinente para o argumento deste trabalho porque, ao analisar os resultados da pesquisa empírica,

ele ressalta as diferenças (que nesse caso facilitaram uma espécie de tomada de posição da imprensa em relação à Ventura e ao Chega) entre a reportagem investigativa e as matérias cotidianas, que compõem a maior parte dos conteúdos jornalísticos. O texto lembra que, diante da primazia da abordagem “neutra e equilibrada” que marca a cobertura jornalística cotidiana, o jornalismo investigativo “pressupõe mais independência para gerar notícias e, sobretudo, fazer críticas de uma forma que a cobertura jornalística de rotina não faz” (Novais, 2022, p. 313, tradução nossa). Assim, abrindo espaço para uma crítica “endógena”, o jornalismo investigativo é mais propenso e mais autorizado à análise, interpretação e até mesmo opinião como complementos ou partes constitutivas da informação. A questão é que, para a abordagem epistemológica proposta neste artigo, a definição de jornalismo investigativo e sua distinção em relação à prática desenvolvida cotidianamente merece ser pensada como parte das contradições internas ao que aqui estamos chamando de modelo de jornalismo informativo.

Não por acaso, são em sua maioria profissionais que têm o privilégio de se dedicar ao jornalismo investigativo aqueles que se tornaram fontes de um artigo-reportagem que busca refletir sobre como a imprensa portuguesa pode cobrir a extrema-direita sem normalizá-la nem deixar que “suas mentiras ponham em causa os factos, a ciência e a democracia” (Fernandes, 2021). O artigo, publicado no site ‘Setenta e Quatro’, que se autodefine como “um projeto de informação digital que atua na garantia dos valores democráticos e progressistas”, defendendo o jornalismo de investigação, traz informações interessantes dos bastidores das redações, mostrando, por exemplo, que enquanto alguns meios normalizaram a existência do Chega e de seu líder, como vimos, antes da sua eleição para o parlamento, outros veículos, como a revista *Visão* e o jornal *Expresso*, teriam discutido sobre como abordá-los na cobertura jornalística. “Deveriam ignorar, esperando que fosse um epifenômeno? Deveriam escrever apenas quando se justificasse, por vezes limitando-se a replicar takes da Lusa?”, relata o

autor do artigo, o jornalista Ricardo Cabral Fernandes (2021).

Na contramão do que pressupõe um jornalismo investigativo, que não se sustenta na velocidade e na imediatividade dos ‘fatos’, o “jornalismo declarativo”, versão precarizada do princípio do contraditório, que reduz os fatos ao confronto de afirmações ou opiniões de fontes, é apontado por Marisa Torres da Silva, professora da Universidade Nova de Lisboa, ouvida na matéria de Fernandes (2021), como um dos fatores que facilitam a “amplificação acrítica e descontextualizada de declarações problemáticas”. Como exemplo que muito bem ilustra esse processo, em outro estudo, Serrano (2020) destaca o caso da proposta do Partido Livre de que Portugal restituísse o patrimônio da suas ex-colônias que hoje se encontra em museus e arquivos. Como a pesquisadora aponta, a polêmica declaração de Ventura sobre o tema, sugerindo que a própria deputada proponente (que nasceu em Guiné-Bissau) fosse devolvida ao seu país de origem, teve tanta repercussão em veículos jornalísticos da grande imprensa que o debate público se deslocou da

proposta parlamentar, praticamente esquecida, para o posicionamento do líder do Chega. Evidenciando a impressionante capacidade de pautar o debate público por meio de um jornalismo sedento por novidade e reduzido à imediatividade, também nesse caso, o circuito da promoção de visibilidade se fecha: originalmente publicada no facebook, a declaração ganha os espaços jornalísticos e depois retorna como interações polarizadas nas redes sociais.

Inconclusões e apontamentos para o debate

Três hipóteses teóricas, anunciadas no início deste artigo, orientaram nossa argumentação até aqui. Duas delas, que se referem à caracterização do que chamamos de modelo informativo de jornalismo e sua gênese histórica associada à consolidação do poder de uma burguesia não mais revolucionária, foram brevemente desenvolvidas na primeira parte do texto, além de trabalhos anteriores (Guimarães, 2015). Já a última hipótese tematiza uma questão mais atual, que precisa ser enfrentada ‘a quente’,

em meio a um debate científico e político que busca refletir sobre o lugar (e o papel) desse jornalismo na chamada ‘era da pós-verdade’, marcada, entre outras coisas, pelo desenvolvimento de uma indústria da desinformação capaz de influenciar os cenários eleitorais e modificar a vivência mais ampla da prática política na contemporaneidade. É no entrelaçamento desses fatores que encontramos algumas das questões que se impõem neste momento: o crescimento dos negacionismos e a permeabilidade social às chamadas *fake News* (ambos expressões da crise de credibilidade da ciência e da imprensa) e a instrumentalização de tudo isso por movimentos e partidos de extrema-direita que surgiram ou voltaram ao cenário mundial. Por certo que todo esse contexto não pode ser compreendido sem investigações atentas sobre o que há de novo, nomeadamente a expansão das redes sociais como meio de interação e comunicação, com sua dinâmica própria e sua dependência de algoritmos digitais como base de sustentação do seu modelo de negócios plataformizado. Os meios, portanto,

são um elemento fundamental dessa análise. Mas neste trabalho supomos que é preciso ir além¹¹.

Espinha dorsal da argumentação deste artigo, a investigação sobre a *expressão epistemológica* dessas mudanças envolve um olhar crítico sobre o modelo de jornalismo hegemônico e a desnaturalização da sua história. Pressupondo a articulação entre as dimensões política, econômica e epistemológica, na qual incluímos o jornalismo, partimos, portanto, do pressuposto de que não se pode compreender a forma como as sociedades lidam com o conhecimento, a informação e a verdade sem um olhar, ao mesmo tempo, para a sua base material e para a história das instituições e práticas que costumavam mediar essa relação com os saberes.

11 Outro caminho de investigação que nos parece fundamental é a busca das determinações econômicas desses novos fenômenos. Como esse debate ultrapassa os limites deste texto, é suficiente aqui referir os estudos que já vêm sendo feitos por autores como Harsin (2018), Fraser (2020) e Cesarino, que chega a identificar no neoliberalismo, mais do que uma doutrina econômica, uma verdadeira “reestruturação das bases epistêmicas da modernidade” (Cesarino, 2021, p. 85).

Assim, parece importante observar, por exemplo, o quanto um conjunto de categorias e conceitos que vêm sendo apreendidos para caracterizar o novo ambiente das redes sociais, como *fragmentação*, *velocidade*, *superficialidade* e *efemeridade*, são constituintes também do modelo de jornalismo que se tornou hegemônico, consideradas as variações regionais, ainda que com execução evidentemente distinta. Não é por acaso que, como vimos, notícias da imprensa de massas são parte significativa dos conteúdos que circulam nos perfis e páginas da extrema-direita. Da mesma forma, se é verdade que a lógica sensacionalista que visa causar sensações e emoção pela manipulação de elementos como títulos, chamadas e imagens – e que agora atinge seu auge na forma de memes e outras ferramentas próprias da informação via redes sociais – foi sempre objeto de crítica no debate sobre profissionalismo e ética no jornalismo, é igualmente verdade que ela nunca deixou de ter espaço concreto na imprensa e que o pressuposto de um leitor/telespectador apressado, que se informa sem aprofundamentos, está presente inclusive na ideia de *lead*,

uma das linhas mestras desse modelo informativo de jornalismo. Não é por outra razão que hoje assistimos, sem maiores dificuldades, a um processo de retroalimentação pelo qual, na busca por visibilidade e engajamento nesses novos meios (as redes sociais), a imprensa profissional aposta cada vez mais no já mencionado “jornalismo declarativo”, que fortalece os processos de descontextualização que, por sua vez, contribuem para a indústria de desinformação, tornando-se funcional para a estratégia dos movimentos e partidos de extrema-direita. Os dados e exemplos que apresentamos sobre o contexto português parecem ilustrar adequadamente esse fenômeno e não faltam casos semelhantes na imprensa brasileira.

Mas o ponto principal dessa relação nos parece ser, como já apontado, a compreensão da *objetividade* como sinônimo de *neutralidade*, determinação que, ao longo da história, sustentou a imagem socialmente construída do jornalismo informativo como “sistema de perito”. Retomemos rapidamente, em tom conclusivo, parte do debate epistemológico: em Marx e na tradição marxista, não há

dúvida de que a realidade existe (e pode ser conhecida) *objetivamente*, ‘fora’ do sujeito do conhecimento. Mas sabe-se igualmente que as ciências sociais, como o próprio nome anuncia, lidam com uma realidade construída por homens e mulheres e não ‘dada’ pela natureza. “Isso significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto”, explica Netto, que desdobra: “Por isso mesmo, a pesquisa – e a teoria que dela resulta – da sociedade exclui qualquer pretensão de ‘neutralidade’, geralmente identificada com ‘objetividade’” (Netto, 2011, p. 23). Na contramão dessa concepção, a indiferenciação entre esses dois conceitos foi um dos marcos do processo de decadência ideológica pelo qual, como vimos, Marx caracterizou a ciência da sociedade fomentada a partir da estabilização da burguesia não mais revolucionária no poder, desde meados do século XIX. E é essa análise que reivindicamos como chave interpretativa também do desenvolvimento do modelo de

jornalismo informativo que se tornou hegemônico, apesar das reconhecidas diferenças entre essas duas formas de produção de conhecimento.

Não se trata, pois, apenas de denunciar a falsa promessa que sustenta o jornalismo informativo, mas de sugerir que, ainda que não seja um processo consciente e racional, a desconfiança coletiva em relação à *neutralidade* não cumprida (principalmente em momentos de crise, como vimos) pode alimentar o crescente desprendimento também em relação à *objetividade*, afinal, naturalizada historicamente como seu sinônimo ou equivalente. E isso nos permite refletir sobre o quanto, junto a outros fatores, esse processo pode contribuir para que, socialmente, o critério de verdade (dos fatos, do conhecimento e da informação) se desloque cada vez mais para mecanismos relacionados a afetos e identidades mais imediatos, que parecem ser a especialidade dos algoritmos que ‘governam’ as redes sociais, tornando menos relevante a correspondência com a realidade concreta. Parece útil questionar, portanto, o quanto as contradições internas ao modelo de jornalismo, assim como

as contradições próprias a determinada concepção de ciência, podem ter ajudado a produzir um esgotamento da confiança nele depositada, num processo cujas consequências, como temos visto, vão além do campo da comunicação. Compreender essas limitações, portanto, pode contribuir com o esforço científico e político de superar esse cenário.

Olhando retrospectivamente a História, parece-nos que esse encaixe da imprensa no lugar de um falso interesse geral, dependente de um processo de massificação da comunicação e de um modelo de jornalismo ‘asséptico’ que com seu equilíbrio imparcial garantiria seu lugar na sustentação da democracia, promoveu um grau considerável de distanciamento em relação a variados segmentos da sociedade. E isso pode ter contribuído para retirar o jornalismo profissional do ‘jogo’ no momento em que, desmascarada sua falsa universalidade, sujeitos e grupos sociais procuram refúgio em espaços de identidade e confiança – espaços esses que hoje, na comunicação, resumem-se a agrupamentos artificialmente produzidos nas bolhas algorítmicas mas que

já foram protagonizados, em outros tempos e contextos, por iniciativas coletivas como o jornalismo partidário ou de ‘causas’ (Aranda, 2004; Hallin e Mancini, 2010). Evidentemente, não se trata de defender a criação de bolhas ou “câmaras de eco” (Nguyen, 2020) que só reproduzem as mesmas ideias, concepções e interesses, frequentemente sem referências concretas na realidade, como alternativa ao jornalismo. Mas parece cada vez mais claro que a resposta a esse problema não passa pelo fortalecimento de um lugar *médio e distanciado* como aquele ocupado pelo jornalismo e pela imprensa de massas. Ao contrário: desconsiderando as necessidades sociais de pertencimento e as desigualdades concretas que o falso interesse geral não consegue eliminar, essa nostalgia acrítica parece abrir caminho para um tipo de indignação, mobilização e engajamento nada neutro que, na esfera da comunicação e nas relações sociais que existem fora dela, têm sido cada vez mais capturadas por movimentos, partidos e lideranças políticas que fazem da explicitação dessas contradições um atentado contra a democracia.

Mas sabe-se igualmente que as ciências sociais, como o próprio nome anuncia, lidam com uma realidade construída por homens e mulheres e não ‘dada’ pela natureza

Referências

- Amorim, C., & Proner, C. (2022). Lawfare e geopolítica: América Latina em foco. *Sul Global*, 3(1), 16-33. <https://revistas.ufrj.br/index.php/sg/article/view/49297>
- Aranda, J. J. S. (2004). Evolución de la prensa em los principales países occidentales. In C. Barrera (Ed.), *Historia del periodismo universal* (pp. 77-116). Ariel.
- Bennett, W. L., & Livingston, S. (2020). A brief history of the desinformation age: Information wars and the decline of institutional authority. In W. L. Bennet & S. Livingston (Ed.), *The desinformation age: Politics, technology, and disruptive communication in the United States* (pp. 3-40). Cambridge University Press.
- Cesarino, L. (2021). Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: Uma explicação cibernética. *Ilha – Revista de Antropologia*, 23(1), 73-96. <https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e75630>
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. Martins Fontes.
- Feres Júnior, J., & Sassara, L. O. (2016). O terceiro turno de Dilma Rousseff. *Saúde Debate*, 40, 176-185. <https://doi.org/10.1590/0103-11042016S15>
- Fernandes, R. C. (2021, 22 de outubro). Deixa correr: Como o jornalismo português noticiou a extrema direita. *Setenta e Quatro*. <https://setentaquatro.pt/enfoque/deixa-correr-como-o-jornalismo-portugues-noticiou-extrema-direita>
- Fraser, N. (2020). *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. Autonomia Literária.
- Genro Filho, A. (1987). *O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo*. Tchê!.
- "Grupo Globo. (2011). Princípios Editoriais do Grupo Globo. g1 - O portal de notícias da Globo. <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>"
- Guimarães, C. C. (2015). Jornalismo e luta de classes: Desvendando a ideologia do modelo informativo na busca da contra-hegemonia (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2667020
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2010). *Sistemas de media: Estudo comparativo*. Livros Horizonte.
- Harsin, J. (2018). Post-truth and critical communication studies. In J. Nussbaum (Ed.), *Oxford research encyclopedia of communication*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.757>
- Hobsbawm, E. (2009). *A era das revoluções*. Paz e Terra.
- Jinkings, I., Doria, K., & Cleto, M. (2016) (Orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. Boitempo.
- Losurdo, D. (2004). *Democracia ou Bonapartismo*. Editora UFRJ.
- Löwy, M. (2009). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Cortez.
- Lukács, G. (1981). A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In J. P. Netto (Ed.), *Lukács: Sociologia* (pp. 109-131). Ática.
- Marx, K. (2009). As lutas de classe na França. In K. Marx (Ed.), *A revolução antes da revolução*. Expressão Popular.

- Marx, K., & Engels, F. (2005). Manifesto do partido comunista. In A. Bogo (Ed.), *Teoria da organização política* (pp. 83-125). Expressão Popular.
- Marx, K. (2008). *O capital*. (Livro I. Vol. 1). Civilização Brasileira.
- Mattelart, A. (2010). *Para uma análise de classe de la comunicación: Introducción à Comunicación y lucha de classes*. Cooperativa El Río Suena.
- Moretzsohn, S. (2019). O joio, o trigo, os filtros e as bolhas: uma discussão sobre fake News, jornalismo, credibilidade e afetos no tempo das redes. *Brazilian Journal Research*, 15(3), 564-597. <https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1188>
- Nguyen, C.T. (2020). Echo chambers and epistemic bubbles. *Episteme*, 17(2), 141-161. <https://doi.org/10.1017/epi.2018.32>
- Netto, J. P. (2011). *Introdução ao estudo do método em Marx*. Expressão Popular.
- Novais, R. A. (2022). *Na linha de fogo: A adversatividade do jornalismo de investigação português na cobertura do populismo de extrema-direita*. Media & Jornalismo, 22(40), 301-318. https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_15
- Oxford Learner's Dictionaries. (2016). Post-truth. In Oxford Learner's Dictionaries. Recuperado em 12 de abril de 2023, de <https://www.oxfordlearnersdictionaries.com/definition/english/post-truth>
- Palma, N., Couraceiro, P., Narciso, I., Moreno, J., & Cardoso, G. (2021). *André Ventura: A criação da celebridade mediática*. ISCTE Media-Lab. <https://medialab.iscte-iul.pt/andre-ventura-a-criacao-da-celebridade-mediatica/>
- Schudson, M. (2001). The objectivity norm in American journalism. *Journalism*, 2(2), 149-170. <https://doi.org/10.1177/146488490100200201>
- Serrano, E. (2020). Populismo em Portugal: O factor media. *Media & Jornalismo*, 20(37), 221-239. https://doi.org/10.14195/2183-5462_37_12
- Weber, M. (2008). *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Centauro Editora.

